

REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL

AABB PALMAS (TO)

Art. 1. A Associação Atlética Banco do Brasil de Palmas TO, reger-se-á por seu Estatuto, este regimento interno e pelas demais deliberações de seus órgãos.

Art. 2. O presente regimento interno tem por finalidade estabelecer normas para o uso das dependências do clube, definir atribuições, regulamentar disciplina e complementar a ação do Estatuto Social.

Art. 3. A obrigatoriedade do cumprimento das normas expressas neste regimento interno será absoluta por parte dos associados, seus dependentes e convidados.

DOS ASSOCIADOS

Art. 4. A AABB Palmas (TO) é formada pelas seguintes categorias de associados:

I -Associados Efetivos os funcionários do Banco do Brasil, da ativa e aposentados, bem como pensionistas que recebam benefícios de entidade de previdência complementar patrocinada pelo Banco do Brasil;

II- Associados Beneméritos pessoas que tiverem prestado serviço de excepcional relevância à Associação, indicados pelo Conselho de Administração ao Conselho Deliberativo para homologação por, no mínimo, 2/3 de seus membros,

III- Associados Comunitários os que fazem parte da comunidade onde atua o Banco do Brasil;

IV- Associados Parentes os parentes dos funcionários do Banco do Brasil, ativos e inativos;

V- Associado Empresa os funcionários das empresas com as quais a AABB mantenha convênios específicos;

VI- Associado Universitário os acadêmicos de graduação na modalidade de associado individual mediante comprovação da situação de universitário, que possua conta corrente no Banco do Brasil, sem direito de inclusão de dependentes, devendo migrar para uma das categorias anteriores, quando perder a condição de Universitário.

§ 1º Também são admitidos como associados os seus dependentes, conforme o disposto no art. 6.º, exceção categoria Universitário, sem direito a dependente.

§ 2º Nas modalidades I, III, IV e V. admite-se a modalidade individual com pagamento de 75% do valor da mensalidade.

Art. 5.º. Para admissão no quadro de associados o pretendente terá que 1- Funcionário ativo ou inativo do Banco do Brasil e membro da comunidade:

a-preencher proposta solicitando sua admissão:

b-juntar documentação comprobatória dos dependentes legais,

c-autorizar desconto da mensalidade em favor da Associação;

d- juntar 2 (duas) fotos 3 x 4 suas e de cada dependente ou enviá-las em meio digital para o e-mail corporativo da AABB Palmas (TO);

e- ter aprovada sua admissão pelo Conselho de Administração,

II- Parente de funcionário ativo ou inativo do Banco do Brasil:

a- atender ao disposto no inciso I;

b- manter conta corrente em uma das agências do Banco do Brasil:

c- comprovar seu parentesco com associado efetivo.

Art. 6. O associado e o dependente com mais de 5 (cinco) anos de idade deverá portar carteira social, que será fornecida mediante pagamento de uma taxa.

Parágrafo único - A expedição de 2. via da carteira social será feita mediante o pagamento de uma taxa equivalente a 1/5 (um quinto) do valor da mensalidade.

Art. 7. A readmissão de associado deverá observar a forma prevista para a admissão e estará sujeita ao pagamento de taxa de adesão equivalente ao valor das mensalidades acumuladas no período em que o mesmo esteve ausente, limitada ao valor de 10 (dez) mensalidades.

DOS DEPENDENTES

Art. 8- São dependentes dos associados:

I - o cônjuge;

II- os filhos, enteados, tutelados enquanto menores de 21 anos, se universitários até 24 anos;

III- o companheiro ou companheira com quem viva em união estável há mais de um ano;

IV- o pai ou mãe, sogro ou sogra viúvos que vivam na companhia do associado Vos deficientes, independentemente da idade, que vivam na dependência econômica e financeira do associado;

§1º Salvo quanto aos direitos que devem ser exercidos pessoalmente e outros. dispositivos do Estatuto ou deste Regimento, gozam os dependentes das mesmas prerrogativas dos associados.

§ 2º A prova da condição de dependente é feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) no caso do item I, certidão de casamento;

b) no caso do item II, certidão de nascimento e certidão do termo de tutela e certidão de frequência da faculdade, quando for o caso,

c) no caso do item III, declaração de dois associados testemunhando o fato ou documento público firmado entre os companheiros:

d) no caso do item IV, certidão de óbito e declaração firmada por dois associados comprovando o fato da residência comum com o associado,

e) no caso do item V, comprovação médica.

DO REGIME DISCIPLINAR

DAS INFRAÇÕES:

Art. 9. Considera-se infração disciplinar toda ação ou omissão do associado e seus dependentes que comprometa a dignidade e o decoro, embarace a eficiência do serviço, cause prejuízo de qualquer natureza e não observe as normas estatutárias ou regimentais da Associação,

Parágrafo único - na aplicação da pena levar-se-á em conta os antecedentes e o grau de culpa do acusado, os serviços prestados à Associação, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências da ação ou omissão.

DAS PENALIDADES

Art. 10 - São penas disciplinares.

I- advertência;

II-afastamento do recinto,

III suspensão de direitos;

IV-eliminação;

V-demissão.

§ 1º - as penalidades previstas nos itens I e II deste artigo se inserem no poder disciplinar de aplicação imediata, podendo ser cumuladas com as constantes dos itens III e IV, estas sempre após processo instaurado em que se assegure ao associado o amplo direito de defesa.

§2º aplica-se a pena de demissão somente aos membros do Conselho Deliberativo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

§ 3º a pena de suspensão implica perda temporária dos direitos da associada durante um prazo que variará de um mínimo de 10 (dez) dias a um máximo de 12 (doze) meses, conforme a gravidade da infração, limitando-se à pessoa do infrator, podendo, ainda, ser parcial de forma que ao apenado seja proibido o exercício de determinados direitos, especialmente na área em que a infração foi cometida.

§ 4º associado ou dependente, enquanto suspenso, não poderá ingressar nas dependências da Associação ainda que a convite de outro associado ou na condição de visitante. §5-A aplicação da pena far-se-á sem prejuízo da obrigação de indenizar eventuais danos produzidos direta ou indiretamente á associação ou a outro associado.

§ 6º - a reincidência agrava a pena.

Art. 11 - São competentes para aplicar penalidades:

I - as de advertência e exclusão do recinto: qualquer membro do Conselho de Administração ou os Diretores presentes, com posterior encaminhamento da ocorrência à Comissão Disciplinar:

II- as de suspensão e eliminação: Conselho de Administração; o Conselho Deliberativo.

III - as de demissão:

Parágrafo único - O julgamento de infração em que esteja incurso membro do Conselho de Administração, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e associado benemérito, será da competência do Conselho Deliberativo.

Art. 12 - São passíveis de punição:

I - com pena de advertência, os atos que importem em conduta incivilizada aos quais não esteja cominada penalidade mais grave;

II - com afastamento do recinto:

- a) a reincidência, em uma mesma ocasião, nos atos previstos no item anterior,
- b) a desobediência às determinações e o desacato de qualquer membro do Conselho de Administração ou Diretor
- c) a agressão física, de natureza leve, ou verbal a convidado, associado, dependente ou funcionário da Associação;
- d) a embriaguez excessiva e o procedimento atentatório contra a moral e os bons costumes;

III- com pena de suspensão, após processo a que se refere o art. 10, § 1º, os atos referidos no item II supra:

IV - com pena de eliminação:

- a) o acúmulo de penas de suspensão igual ou superior a 18 meses;
- b) o não pagamento por mais de 90 dias, de qualquer dos encargos financeiros,
- c) a condenação por sentença transitado em julgado, por ato de manifesta Improbidade, por crime infamante ou contra os bons costumes:
- d) o dano ao clube e não reparo nos termos deste Regimento,
- e) a prática, dentro ou fora da Associação, de atos danosos e comprometedores do conceito da Associação;
- f) a incontinência pública escandalosa;
- g) a agressão de natureza grave a convidado, a associado, dependente ou funcionário da Associação.

V – com pena de demissão:

- a) a prática de beneficiar-se, direta ou indiretamente, em razão do cargo que ocupa, com a contratação de pessoa física para execução de serviços à Associação;
- b) a acusação, não comprovada, a qualquer membro da própria Conselho ou de outro:
- c) a infração ao disposto nos artigos que regulam a competência de cada membro que compõe os diversos órgãos da Associação,
- d) qualquer ação ou omissão que possa comprometer o patrimônio, prejudicar a eficiência do serviço ou causar prejuízo de qualquer natureza à Associação. eliminado poderá ser readmitido:

Art. 13 - O associado eliminado poderá ser readmitido:

I- na hipótese do art. 12, IV, b, desde que liquide o débito que motivou a expulsão, acrescido dos encargos estabelecidos pelos órgãos competentes;

II - nos demais casos, não antes de decorridos 03 (três) anos, desde que seja reabilitado pelo Conselho de Administração e Conselho Deliberativo, após o pagamento das devidas taxas.

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 14º O processo referido no art. 10, §1º, será instaurado pelo Presidente do Conselho Administrativo, com base em relatório de ocorrência emitido por quem presenciou o fato tido como infração, ou por comissão que o tenha avaliado, e submetido a uma Comissão Disciplinar constituída na forma do art. 18, que procederá de acordo com o seguinte rito:

I - notificará o indiciado através de correspondência, da acusação, para que ele apresente defesa escrita no prazo de 3 (três) dias úteis, Indicando provas e arrolando testemunhas:

II - após o recebimento da defesa prévia, será designada sessão da Comissão Disciplinar para ouvir o acusado e suas testemunhas, além dos responsáveis pela denúncia e testemunhas, lavrando-se circunstanciado relato dos fatos;

III- a falta de apresentação da defesa prévia ou o não comparecimento do indiciado

IV - os depoimentos, quando for o caso, poderão ser tomados isoladamente: na reunião, implicará no julgamento à revelia:

V- concluída a instrução do processo, a Comissão Disciplinar emitirá parecer, opinando sobre a absolvição ou sobre a necessidade de aplicação de penalidade, remetendo os autos para o Conselho de Administração.

Art. 15º - O processo administrativo para apurar infrações cometidas por membros dos Poderes da Associação será instaurado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que encaminhará a denúncia ao Conselho Disciplinar através de Portaria.

§ 1º Conselho Disciplinar procederá de acordo com art. 14 e encaminhará o parecer conclusivo para o Presidente do Conselho Deliberativo

§ 2º O julgamento será feito pelo plenário do Conselho Deliberativo, mediante voto parecer conclusivo para o Presidente do Conselho Deliberativo. da maioria de seus membros.

Art. 16 - Qualquer penalidade imposta deverá ser registrada nos assentamentos do associado, inclusive a aplicada a seu dependente.

Art. 17 - A instauração de processo disciplinar contra dependente menor de 18 anos será comunicada ao associado responsável pelo mesmo, para que, querendo, acompanhe o feito.

DA COMISSÃO DISCIPLINAR

Art. 18. A Comissão Disciplinar, de caráter permanente, será constituída por 5 (cinco) associados escolhidos pelo Conselho de Administração.

§ 1º -A presidência será definida por seus membros;

§ 2º A comissão se reunirá com a presença mínima de 3 (três) de seus membros:

Art. 19 Nos períodos de "férias" ou "temporada" o Conselho de Administração poderá criar um Conselho Disciplinar Provisório, constituído por 3 membros, para apreciar as infrações cometidas nas dependências do clube, com os mesmos poderes do Conselho Disciplinar normal.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 20- O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias sempre que necessárias, convocadas pelo seu Presidente, por seu substituto, ou a requerimento de 3 (três) de seus membros, exceto nos casos previstos no Estatuto Social.

Art. 21- As reuniões serão realizadas com a presença de metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente a voto de desempate;

Parágrafo único - Dos trabalhos de cada reunião lavrar-se-á, em livro próprio, ata que será assinada por todos;

Art. 22- A presença às reuniões será anotada em livro próprio, perdendo o mandato o membro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, sem justificativa de motivos.
DO PRESIDENTE

Art. 23 - Ao Presidente compete, além das atribuições constantes do art. 20 do Estatuto Social:

I- Dirigir a Associação, superintender, coordenar e fiscalizar o funcionamento de todos os segmentos do Conselho de Administração para a consecução de seus objetivos;

II Homologar a criação de novos departamentos ou diretorias em cada vice- presidência, bem como a nomeação dos novos Diretores;

III-Aprovar, com anuência dos demais integrantes do Conselho de Administração, a celebração de Convênios com o poder público, empresas, faculdades e demais entidades que atuem em sua área (recreativa, esportiva, social e cultural).

DAS VICE-PRESIDÊNCIAS

Art. 24- Além das atribuições constantes do Estatuto e de outras fixadas pelos órgãos deliberativos e administrativos, compete a cada vice-presidente:

I- nomear "ad referendum" do Conselho de Administração os diretores de sua área;

II- assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;

III- elaborar a escala de férias dos funcionários de seu setor, compatibilizando-a com a dos demais setores;

IV- elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;

V-regulamentar, com o Conselho de Administração, e "ad referendum" do Conselho Deliberativo, o uso de equipamentos e da prática das diversas atividades da sua área de atuação, não contempladas neste Regimento Interno.

Art. 25- Compete a cada Vice-Presidente especificamente:

I- Ao Vice-Presidente Administrativo:

a) substituir o Presidente do Conselho de Administração em seus eventuais afastamentos de acordo com o § 3º do art. 21 do Estatuto Social;

b) cuidar do controle geral dos serviços da Secretaria bem como do encaminhamento da correspondência recebida e expedida;

- c) cuidar da administração das relações da Associação com seus empregados, relativamente à admissão, treinamento, demissão bem como fixar os horários de trabalho, folgas, férias, rodízios, etc., dos empregados de sua área e, em conjunto com as demais Vice-Presidências dos empregados a elas vinculados;
- d) supervisionar os serviços e atendimento dos restaurantes e dos bares,
- e) cuidar da emissão das carteiras sociais e convites, bem como do acesso dos associados acompanhantes e convidados à Associação;
- f) cuidar dos aspectos legais dos contratos, minutas de documentos, recibos, etc. nas relações da Associação com terceiros de qualquer natureza;
- g) manter sob sua guarda e responsabilidade os livros relativos às Assembleias Gerais e de atas das reuniões do Conselho de Administração, a documentação legal da Associação e o controle de licenças, alvarás e outros exigidos pelos poderes competentes;
- h) elaborar o relatório anual da Associação a ser remetido ao Conselho Deliberativo;
- i) propor ao Conselho de Administração valores e taxas pela utilização de instalações e serviços da Associação, mantendo o controle de sua cobrança;
- j) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- k) exercer, quando delegado pelo Presidente do Conselho de Administração, a representação da Associação em juízo ou fora dele, e
- l) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.
- m) orientar e supervisionar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis da Associação;
- n) elaborar anualmente o inventário do patrimônio da Associação com a apropriação das perdas e depreciações;
- o) supervisionar, juntamente com as demais vice-presidências, o uso dos bens e equipamentos à disposição das mesmas, propondo ao Conselho de Administração a responsabilidade de associados ou empregados pela sua perda ou danos resultantes de seu uso anormal.

II- Ao Vice Presidente Financeiro

- a) substituir o Presidente do Conselho de Administração;
- b) efetuar o controle dos serviços de tesouraria;
- c) cuidar da programação e da execução da movimentação financeira dos recursos da Associação,
- d) coordenar o fluxo de recursos para as demais vice-presidências, de acordo com o orçamento anual e receber as prestações de contas,
- e) controlar a execução dos serviços de natureza contábil e financeira prestados por
- f) cuidar e ter sob sua guarda os livros e documentos que envolvam a movimentação terceiros à Associação;

III- Ao Vice Presidente Social:

- a) Planejar, organizar e supervisionar a realização de eventos, atividades sociais, culturais e de lazer; financeira da Associação:
- b) supervisionar a contratação de artistas, conjuntos musicais, etc. para exposições ou animação de eventos nas dependências da Associação, bem como da prestação de serviços vinculados, tais como decoração, serviços de terceiros, etc.;
- c) orientar e supervisionar, em conjunto com as demais Vice-Presidências, as atividades sociais e culturais em eventos por elas patrocinados;
- d) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário anual de eventos sociais e culturais;
- e) organizar as atividades de áreas específicas como o setor jovem, departamento feminino, etc.;
- f) incrementar o desenvolvimento artístico e cultural dos associados,
- g) promover a realização de cursos, treinamentos, palestras, conferências e demais atividades de lazer cultural,
- h) supervisionar a elaboração e publicação do jornal informativo da Associação e demais publicações culturais e sociais;
- i) orientar e supervisionar concursos e exposições ou qualquer outra atividade artística ou cultural, propondo incentivos e premiações;
- j) integrar as ações de sua área às das demais vice presidências da Associação:
- k) orientar e supervisionar o funcionamento da biblioteca, traçando a política de aquisição de publicações e livros além de propor ao Conselho de Administração a adoção de taxas para a sua utilização: l) representar, individualmente ou com o Presidente do Conselho de Administração, a Associação, nos eventos sociais e culturais.

IV- Ao Vice Presidente de Esportes:

- a) nomear "ad referendum do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área:
- b) organizar e supervisionar a realização de eventos esportivos bem como de atividades destinadas formação e treinamento de atletas;
- c) organizar e propor ao Conselho de Administração o calendário anual de eventos esportivos da Associação;
- d) reapresentar a Associação junto a entidades desportivas oficiais;
- e) indicar ao Conselho de Administração para contratação pela Associação de técnicos, treinadores, árbitros, massagistas, etc. das diversas modalidades esportivas:
- f) coordenar e supervisionar os horários de funcionamento das diversas instalações esportivas;
- g) coordenar e supervisionar as atividades dos diversos departamentos e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos específicos;
- h) orientar, por solicitação dos demais Vices Presidentes, o uso das instalações esportivas nos eventos por eles organizados,

- i) propor ao Conselho de Administração valores de taxas pela utilização de instalações, materiais e serviços de sua área,
- j) adquirir, com a anuência do Conselho de Administração, os diversos materiais (bolas, camisetas, uniformes, etc.) utilizados na prática das diversas modalidades Administrativo a escala de férias dos funcionários esportivas;
- k) elaborar com o Vice-Presidente a escala de férias dos funcionários do setor,
- l) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área:
- m) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.

V- Ao Vice-Presidente de Aposentados:

- a) planejar, organizar e supervisionar as atividades de lazer, esportivas, sociais e culturais para os aposentados;
- b) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário de eventos voltados para os aposentados;
- c) planejar, juntamente com as demais Vice-Presidências, a compatibilização dos espaços físicos e emprego de pessoal específico na realização dos eventos programados;
- d) promover jantares, se possível, com palestras dirigidas à terceira idade;
- e) promover junto com a Vice-Presidência social, eventos voltados para aposentados como bailes tipo da saudade, serestas, jantares dançantes, etc.;
- f) organizar passeios turísticos;
- g) organizar conjuntamente com a vice-presidência de esportes os times de futebol, vôlei e demais modalidades esportivas,
- h) divulgar e organizar as jornadas esportivas regionais e nacionais como a CINFAABB:
- i) promover o intercâmbio sociocultural e desportivo dos aposentados e pensionistas da AABB Palmas, com outras entidades e outras AABBs.

DO FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 26. A Associação permanecerá aberta nos dias e horários fixados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - A critério das Vice-Presidências os horários poderão ser excepcionalmente prorrogados quando da realização de eventos esportivos, sociais, culturais e recreativos.

Art. 27 O acesso às dependências do clube só será permitida mediante apresentação da carteira social, autorização provisória ou convite.

§ 1º Fica vedado ao Associado, seus dependentes e convidados, ingressar portando bebidas em caixas térmicas ou semelhantes de qualquer natureza nas dependências desta Associação, que serão fornecidas exclusivamente pelos bares ou restaurante da Associação ou de arrendatários.

§2º Fica vedado ao Associado, seus dependentes e convidados, promover a venda de todo e qualquer produto nas dependências desta Associação, salvo mediante contrato para esse fim.

Art. 28 Os convidados poderão ingressar do Clube, em dias normais de funcionamento, preferencialmente acompanhados do associado que emitiu que autorizou a emissão de seu convite.

Parágrafo único - associado é responsável pelos atos praticados por seus convidados, devendo esclarecê-los das normas internas da Associação.

Art. 29- Não será permitido o ingresso de animais, salvo no caso de exposições, Art. 30 Não serão permitidas manifestações de caráter religiosas, raciais ou políticas partidárias no recinto do clube.

DA SECRETARIA

Art. 31 A Secretaria compete registrar e controlar todos os serviços, inclusive quanto aos empregados, atendendo aos associados, seus dependentes e convidados para quaisquer esclarecimentos relacionados com as atividades do clube.

DOS COLABORADORES

Art. 32 A critério do Conselho de Administração, poderão ser promovidas atividades sociais, culturais, desportivas e recreativas de interesse dos colaboradores da Associação.

Art. 33 A partir da aprovação deste regimento, os associados não poderão ser admitidos no quadro de empregados da Associação.

Parágrafo único - A critério do Conselho de Administração, poderão ser contratados apenas para prestar serviços de natureza eventual.

Art. 34- Cabe ao gerente ou outro empregado por ele designado encarregados da segurança do quadro próprio ou terceirizados, devidamente identificado, cumprir e fazer cumprir as disposições que lhes forem transmitidas relativas à disciplina, moral e segurança dos associados e de seus bens.

DO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS BARES E RESTAURANTES

Art. 35 Os serviços do bar e restaurante devem atender aos associados, seus dependentes e convidados com toda a cortesia, observando higiene rigorosa e praticando preços compatíveis com o mercado sujeitos a aprovação do Conselho de Administração, supervisionados pela Vice Presidência Administrativa.

Art. 36 - os serviços de bares ou restaurantes serão administrados e explorados pela Associação ou por terceiros através do regime de arrendamento, locação ou comodato a critério do Conselho de Administração.

§ 1º A locação, comodato ou arrendamento se fará com firma do ramo, legalmente estabelecida, e de idoneidade e capacidade financeira comprovadas.

§ 2º Do contrato deverão constar além das cláusulas normais para tais serviços outras específicas quanto ao uso dos espaços cedidos, prévia homologação de preços guarda e conservação dos bens e equipamentos da Associação, despesas de conservação, ressarcimento de danos causados, uso de uniforme obrigatório e crachá de identificação dos colaboradores, etc.

§ 3º A concessionária deverá exibir mensalmente à Associação os recibos de pagamento dos impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas de sua responsabilidade.

DO SALÕES DE FESTA E ESPAÇOS DE CONFRATERNIZAÇÃO

Art. 37 Os salões de festas e espaços de confraternização serão utilizados nas programações sociais e culturais.

Art. 38 Os convites de ingresso e as reservas de mesas para os eventos sociais e culturais deverão ser adquiridos pelo associado, na secretaria do Clube ou em outro local previamente estabelecido.

Parágrafo Único - o ingresso de não associados para eventos sociais e culturais estará sujeito ao pagamento de uma taxa previamente estabelecida pelo Conselho de Administração.

Art. 39 Os salões de festa e espaços de confraternização poderão ser locados para solenidades estranhas às atividades do Clube, mediante o pagamento de taxa estabelecida pelo Conselho de Administração.

§ 1º Do contrato de locação dos salões de festas deverá constar cláusula que responsabilize o locatário por qualquer dano causado ao Clube, decorrente do uso de suas instalações.

§ 2º O uso das instalações será limitado às áreas estritamente necessárias ao evento, sendo vedada a utilização das demais dependências do Clube, inclusive piscinas.

§ 3º A entrada de bebidas e de serviços de buffet externo, não pertencentes à Associação ou de arrendatário, somente será permitida mediante autorização expressa ou mediante pagamento de taxa a ser definida pelo Conselho de Administração.

DAS CHURRASQUEIRAS QUIOSQUES

Art. 40 associado tem o direito de utilizar o parque de churrasqueiras para a realização de festividades particulares, desde que reserve antecipadamente uma das churrasqueiras na secretaria ou diretamente no site da AABB, sendo responsável por seus convidados, bem como pela emissão dos respectivos convites.

§ 1º A reserva dos quiosques individuais é livre, sem custo para os associados e é aberta às segundas-feiras da semana pretendida, não podendo ser reservado com antecedência de mais de uma semana.

§ 2º Será reservado somente um quiosque por titular. O associado deve chegar até as 10h para ocupar o quiosque, após esse horário a reserva é cancelada e poderá ser utilizado por outro associado que estiver na fila de espera.

§ 3º Uma vez ocupado por outro associado o quiosque reservado em decorrência de atraso na ocupação, a AABB analisará sob o ponto de vista disciplinar as ocorrências de insistência na ocupação fora do prazo, bem como eventuais dissabores e constrangimentos com colaboradores ou outro associado.

§ 4º Se houver desistência da reserva, o fato deve ser comunicado à secretaria do clube ou no site da AABB Palmas com 24 horas de antecedência. O associado que não fizer o cancelamento será multado em valor estabelecido pelo Conselho de Administração, por conta da ausência injustificada.

§ 5º Eventualmente a Conselho de Administração poderá ceder a exclusividade do uso de um ou mais quiosques ao mesmo associado ou terceiros, dependendo da quantidade de pessoas, desde que reserve as demais para o uso comum.

§ 6º É expressamente proibido ao Associado, seus dependentes e convidados, ingressar nos espaços das churrasqueiras com bebidas de qualquer natureza, inclusive barris de chopp, sob pena de multa a ser estipulada pelo Conselho de Administração. Todas as bebidas devem ser adquiridas nos bares e restaurantes explorados pela AABB ou arrendados.

§7º É permitido uso de equipamento de som nas churrasqueiras desde que o volume não atrapalhe os demais usuários que frequentam a área comum.

DA SINUCA

Art. 41 Nos jogos de sinuca, privativos dos associados, poderá ser cobrada uma taxa por hora de utilização, a ser estabelecida pelo Conselho de Administração;

Parágrafo Único - Sem prejuízo do contido no caput deste artigo, poderá o Conselho de Administração autorizar o ingresso de convidado, acompanhado de associado efetivo, para participar de jogos de sinuca;

Art. 42- Os associados e eventuais frequentadores deverão observar as normas de conduta, respeitando tempos e condições estabelecidos para a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único - O período de utilização será de meia hora, podendo ser prorrogado, desde que não exista associado para ocupar a sinuca.

Art. 43 É proibida a aposta, sob qualquer hipótese, incorrendo em falta grave aqueles que a praticarem.

Art. 44 Periodicamente a AABB, a critério da Vice-Presidência de Esportes, poderá promover torneios classificatórios, com o objetivo principal de atualização do ranking.

Art. 45 - Os torneios promovidos na AABB serão regidos pelas regras da Federação Brasileira de Bilhar e Sinuca.

Art. 46 - A utilização da quadra poliesportiva, areia e piscina de biribol será preferencialmente dos associados e seus dependentes, e será feita compatibilizando-se lazer com jogos e treinos das equipes e seleções do Clube:

Art. 47 - Nas competições esportivas será vedado o uso das demais dependências do Clube aos componentes das delegações visitantes, salvo quando se tratar de outra AABB.

Art. 48 - Eventualmente poderá o Clube utilizar a quadra poliesportiva e demais espaços para outras programações de seu interesse.

Art. 49 - A não ser em partidas oficiais ou amistosas com outras equipes a Associação não fornecerá uniformes para os usuários, concedendo-lhes apenas o material esportivo estritamente indispensável.

Art. 50 - O atleta deverá estar uniformizado para as competições oficiais, sendo vedado o uso de equipamentos e vestuário inadequados.

DO PARQUE AQUÁTICO

Art. 51 A frequência de menores no parque aquático será de exclusiva responsabilidade de seus pais ou responsáveis, eximindo-se o Clube, ou seus dirigentes, por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer.

Art. 52 Para o ingresso no parque aquático é obrigatória a apresentação da carteira social ou convite.

Art. 53 - Todo o usuário do parque aquático deverá passar pela ducha na entrada da piscina.

Art. 54 - É proibido no parque aquático:

I - empurrar ou carregar pessoas para atirá-las na água;

II - simular lutas;

III - praticar desportos fora de competições oficiais;

IV- usar sabonetes ou similares;

V- praticar atos contra a boa higiene;

VI- utilizar qualquer tipo de boias;

VII- levar comidas ou bebidas, bem como utilização de copos ou garrafas de vidro.

DO TÊNIS DE QUADRA

Art. 55 - As quadras são de uso exclusivo de associados e seus dependentes, sem direito a convidados. O usuário é obrigado a vestir uniforme e tênis adequado, obedecida a regulamentação pertinente da Diretoria de Tênis.

Art. 56 - A utilização da quadra depende de prévia inscrição do interessado.

§ 1º- para inscrição o associado deverá estar presente, munido de sua carteira social;

§ 2º- o período de utilização será de uma hora, podendo ser prorrogado, desde que não exista candidato para ocupar a quadra.

DO CAMPO DE FUTEBOL

Art. 57 - Para a prática do futebol a AABB disponibiliza os campos existentes em sua sede, com as seguintes prioridades de uso:

I - seleções da AABB, em preparação para torneios programados;

II - seleções da AABB, para treinamento;

III - associados da AABB e seus dependentes, em dias e horários estabelecidos pelo Departamento de Esportes;

IV - associados, dependentes e não associados, em dias e horários não ocupados, mediante pagamento de uma taxa fixada pelo Conselho de Administração.

§ 1. As seleções da AABB serão formadas apenas com jogadores associados ou dependentes, que tiverem fazendo parte do quadro social, observado o regulamento específico da competição.

§ 2. No caso do inciso III deste artigo o associado ou dependente é livre para escolher o horário do jogo, salvo quando a programação estabelecer idade mínima ou máxima.

Art. 58 - A programação dos jogos de campeonatos, torneios e dos treinos preparatórios é de responsabilidade do Departamento de Esportes, a qual deverá ser divulgada com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 59 - Os jogos serão praticados em conformidade com as regras oficiais, estabelecidas pela FENABB, que poderão ser alteradas para se adaptarem às realidades específicas de categoria ou grupo praticante do esporte, conforme determinado por um Conselho Técnico e Disciplinar.

§ 1. O Conselho Técnico e Disciplinar, presidido pelo Vice-Presidente Desportivo, 61 será formado por quatro sócios, com seus respectivos suplentes, em dia com suas obrigações com a AABB, todos assíduos praticantes da modalidade esportiva, eleitos no primeiro sábado do mês de abril de cada ano, que terá as seguintes atribuições:

I- Proceder as alterações nas regras do futebol, adaptando-as as situações específicas das diversas categorias de praticantes:

II- Decidir sobre caso de indisciplina em campo, relatado por jogador e mais duas testemunhas no mínimo;

III- Decidir sobre conduta antiesportiva ou antissocial, dentro do campo ou nas suas áreas contíguas, relatadas por árbitro ou duas testemunhas oculares no mínimo,

IV Propor, ao Conselho Disciplinar, para cada caso de indisciplina, conduta antiesportiva e conduta antissocial, a aplicação da penalidade cabível.

§2. São consideradas condutas antiesportiva ou antissociais:

I-Desistir de jogar;

II-Abandonar o jogo, estando em condições físicas normais, desfalcando a equipe:

III- Não aceitar revezamento na posição de goleiro, quando a equipe não tiver jogador para a posição;

IV- Dizer palavrões e/ou fazer gestos ofensivos,

V Rebelar-se contra a decisão da maioria dos jogadores, democraticamente tomada, resultando com isso a não realização de uma partida de futebol ou a sua paralisação;

VI- Não ficar disponível para jogo em outro horário, quando preterido em sorteio no qual tenha sido inscrito, salvo quando houver no mínimo oito jogadores para um próximo jogo,

VII- Envolver-se em briga corporal;

VIII- Envolver-se em discussão da qual tenha surgido desavença irreconciliável entre os envolvidos; IX-Praticar ato ou ofensa de que resulte abandono de associado da AABB.

§ 3. Na proposição da pena, o companheirismo e a boa educação esportiva serão considerados como fatores atenuantes. Reiteradas expulsões de jogos ou condutas

DO ACESSO E PORTARIA

Art. 60 - Os associados e seus dependentes terão acesso a AABB, mediante apresentação da carteira social na portaria.

§1. Cada associado terá direito a 12 (doze) convites gratuitos por ano e mais 20 (vinte) convites uma vez por ano para comemoração de aniversário do titular ou de um dependente.

§2. Os associados que desejarem convidar pessoas para visitar a AABB, deverão adquirir os respectivos convites na secretaria da Sede Social, mediante apresentação da carteira social, preenchimento do registro de acesso ou emitir os convites no site da Associação.

Art. 61 - O associado que forçar a entrada sem a devida identificação na portaria social incorrerá em grave falta, sendo-lhe impostas as penalidades previstas no Estatuto.

Art. 62 As pessoas em débito com a Associação ou que tenham lesado, de qualquer forma, a Entidade não estão autorizadas a frequentar as dependências da AABB, mesmo que estejam acompanhadas de associados em dia com suas inerentes obrigações.

Art. 63-O ingresso pela portaria poderá ser feito a qualquer momento, respeitadas as normas e horários de funcionamento da AABB

Art. 64 - A entrada de convidados somente será permitida pela portaria principal, mediante apresentação de documentação e efetuado o pagamento estipulado pelo Conselho de Administração.

§1. Somente os associados titulares, sob sua inteira responsabilidade, poderão autorizar a entrada de convidados nas dependências da AABB, mediante as taxas estipuladas.

§2. O associado que autorizar a entrada de convidado(s) assumirá toda e qualquer responsabilidade sobre este (s), ficando sujeito às penalidades cabíveis. previstas no Estatuto da Associação

Art. 65 - Não é permitida a entrada e permanência de animais domésticos, exceção feita, somente, para pássaros canoros. DO TRAFEGO INTERNO E ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 66 - espaço de estacionamento da AABB Palmas TO é destinado para as pessoas que estão utilizando as dependências do Clube e poderá ser pago por acesso mediante taxa a ser estipulada pelo Conselho de Administração, havendo a tolerância de 30 minutos. Seu funcionamento coincide com o horário de funcionamento do Clube.

Art. 67 - O estacionamento interno é privativo de associados e seus dependentes em dia com suas obrigações. Não será permitido o estacionamento de veículos fora dos locais apropriados. As exceções serão autorizadas pela administração da AABB, com identificação específica do local, como vagas para convidados.

§ 1º O estacionamento em local indevido e a não obediência às instruções dos funcionários serão consideradas infrações disciplinares e sujeitarão o infrator as penalidades definidas neste Regimento.

§ 2º Será igualmente considerada como infração disciplinar o uso pelo associado de artimanhas para fazer adentrar indevidamente ao recinto da Associação seus convidados e/ou seus veículos.

§ 3º Não é permitido pernoite de veículo não autorizado pelo Conselho de Administração.

Art. 68 - O tráfego de veículos nas áreas internas da Associação deverá obedecer aos limites de velocidade e as normas estabelecidas. A não observância será enquadrada como Infração disciplinar. Parágrafo Único O fato de ser associado não faculta o direito de exclusividade no uso de determinado local do estacionamento.

Art. 69 - A AABB não se responsabilizará por danos ou furtos nos veículos estacionados em qualquer local.

Art. 70 - O estacionamento poderá ser cobrado em eventos de qualquer natureza, inclusive quando houver locações de espaços ou salão de festas, conforme estabelece o Artigo 66 deste Regulamento, não havendo previsão de Gratuidade. Em casos extraordinários, fica de alçada exclusiva da Conselho de Administração a concessão de eventual flexibilização de tarifa ou gratuidade.

DA SAUNA

Art. 71 O Clube poderá instituir taxas para que os associados e os seus dependentes usem a sauna, visando cobrir as despesas necessárias ao seu funcionamento.

Parágrafo único - O convidado pagará o valor definido pelo Conselho de Administração.

Art. 72 Por medida de precaução, os frequentadores deverão observar as recomendações médicas afixadas no local.

Art. 73 É proibido o uso da sauna por menores de 14 (quatorze) anos de idade, mesmo que acompanhados pelos pais ou responsáveis.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 74 - Fica terminantemente proibido o porte de arma de fogo bem como o uso de armas e aparelhos de apreensão de aves e outros animais. São vedados, também, a extração de plantas, árvores e quaisquer outros elementos naturais existentes na área da AABB.

Art. 75 - O consumo de água e energia elétrica deverá ser o mais parcimonioso possível por parte dos associados, tendo em vista o alto custo e a responsabilidade social e ambiental,

Art. 76 - É proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos e a comercialização de produtos, nas instalações da AABB, por pessoas não autorizadas pela Diretoria.

Art. 77 - Não é permitida a limpeza de animais, peixes ou quaisquer frutos do mar utilização dos espaços, o nas pias das churrasqueiras. A propósito, após cada usuário deverá deixar o local devidamente asseado, recolhendo os restos em sacolés plásticas, depositando-as, rigorosamente acondicionadas, nas lixeiras.

Art. 78 - É vedado a qualquer associado, durante o horário de expediente do funcionário da Associação, a utilização dos serviços deste para prestação de serviços de ordem particular.

Art. 79 - Os atletas, associados e dependentes são responsáveis pelos materiais que lhes for entregue para jogos, treino ou lazer obrigando-se a indenizar a Associação no caso de dano ou extravio.

Art. 80 - Os associados, a qualquer momento, poderão solicitar, por escrito ao Conselho de Administração, informações sobre os registros financeiros e administrativos da Associação.

Art. 81 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo Conselho de Administração, ouvido a Conselho Deliberativo.

Art. 82 - Este Regimento Interno poderá ser alterado, no todo ou em parte, em reunião do Conselho Deliberativo especialmente convocado para tal fim.

Art. 83 - Os regulamentos que vierem a ser aprovados para disciplinar modalidades não previstas neste Regimento dele passarão a fazer parte integrante sob a forma de anexos.

Art. 84 - Este Regimento, aprovado na reunião do dia 26/03/2017, em Assembleia Geral Extraordinária e entra em vigor nesta data.

Palmas (TO), 26 de março de 2017.